

RESGATE DA TRADIÇÃO DA ROÇA NO QUILOMBO DO MANDIRA

Rodrigo Araújo de Lima*
Julio César Suzuki*
Maria Cristina Nicolau Kormikiari*

Resumo: *A roça é uma atividade importante para o desenvolvimento das populações tradicionais, uma vez que garante a reprodução material e cultural do grupo. No quilombo de Mandira, após restrições ambientais do governo, a comunidade foi proibida de fazer o cultivo de suas pequenas hortas, afetando o cotidiano dos moradores. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo compreender como as medidas de conservação ambiental afetaram os valores da comunidade do Mandira. Em trabalho de campo, coletamos fotografias e depoimentos dos membros dessa população com a finalidade de garantir a sobrevivência dessa memória de subsistência na história.*

Palavras-chave: *Populações Tradicionais. Roça. Quilombo. Mandira.*

Abstract: *The hoe-farming is an important activity for the development of traditional populations, as it ensures its material and cultural reproduction. Since the environmental restrictions, the Mandira's quilombo was forbidden to do their crops, affecting the daily lives of the residents. This study aimed to understand how environmental conservation measure affected the values of Mandira's community. In fieldwork we collected, photographs and members testimonies of that population to ensure the survival of this subsistence memory in history.*

Keywords: *Traditional Populations. Quilombo. Hoe-farming. Mandira.*

* Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo
Mestrando em Arqueologia
Email: rodrigo.araujo.lima@usp.br

* Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo
Professor Doutor
Email: jcsuzuki@usp.br

* Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo
Professora Doutora
Email: tanit@usp.br



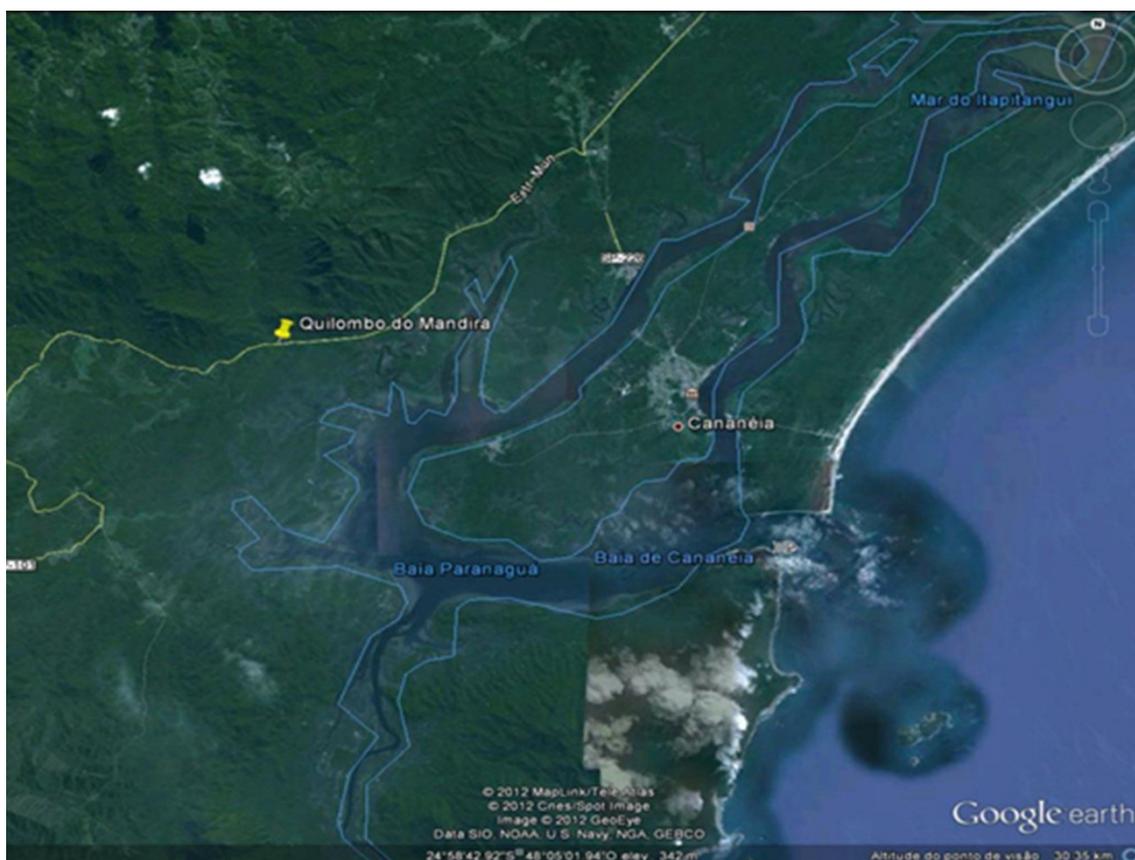
REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

O quilombo do Mandira surgiu no século XIX quando Francisco Mandira, filho bastardo do escravagista Antônio Florêncio de Andrade com uma escrava, recebeu como doação de sua meia-irmã Celestina Benícia de Andrade 1200 alqueires paulistas de terras, da fazenda rizicultora da família, o sítio Mandira. A área atual do quilombo se localiza no Vale do Ribeira, entre o litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Atualmente o Mandira também é considerado um bairro rural, localizado na Estrada Itapitangui/Ariri no quilômetro 11 no Município de Cananéia (fig. 1).

Figura 1 - O quilombo do Mandira



Fonte: Google Earth (2012)

O sentimento de pertencimento ao quilombo, ocupado por várias gerações, colaborou para que os membros remanescentes continuassem vivendo uns próximos aos



outros. Em 1995, os residentes se organizaram ao redor da associação de moradores da reserva extrativista do bairro do Mandira sem dificuldades, graças ao respeito dos membros ao ancião.

Conforme Diegues et al. (2001), referência nos estudos sobre as populações tradicionais, os mandiranos possuem bases familiares fortes, como as relações de compadrio para atividades econômicas, sociais e culturais. Neste contexto, mutirões e festas de fandango se apresentam como formas de estreitamento dos laços comunitários, muito comum nessas comunidades. Como aponta Diegues (2001, p. 90-91):

As relações sociais como o compadrio funcionam como verdadeiras relações de produção, como afirma Godelier (1984), uma vez que podem determinar a forma social de acesso aos recursos, colaboram na organização dos processos de trabalho e, finalmente, marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo.

Dessa maneira, a roça garantia a estreita sociabilidade entre os compadres e as comadres nos festins de colheita, nos mutirões de trabalho coletivo, nas festas de fandango da comunidade, nas comemorações nos dias santos, nos terços cantados, em casamentos, aniversários dos parentes e na festa de Santo Antônio, padroeiro do quilombo.

2. Da desconstrução das práticas tradicionais quilombolas

Em meados da década de 60, o esforço de preservação ambiental passou a admitir que, para a conservação da natureza, o ser-humano deveria ser afastado desta. Esse discurso legitimou a expropriação do bairro rural do Mandira para a criação do Parque Estadual Jacupiranga, implantado em seis municípios do Vale do Ribeira (Jacupiranga, Cajati, Eldorado Paulista, Barra do Turvo e Cananéia).

Lima, Sousa e Suzuki (2009), ao tratarem sobre o quilombo de Poça, próximo ao quilombo do Mandira, identificaram os mesmos fenômenos de êxodo quilombola. Alertamos que, diferentemente do Mandira, o processo de expulsão dos quilombolas de Poça se atrelava, intimamente, à questão da especulação imobiliária. Aqueles que resistiram à pressão do capital e permaneceram em Poça, assistiram a redução de sua área assim como a impossibilidade de continuar o desenvolvimento de sua policultura (LIMA; SOUSA; SUZUKI, 2009).



A partir dessas novas políticas, a tradição familiar entre os quilombolas afrouxou e levou alguns membros a deixarem suas terras não somente pela proibição da roça, mas pelo o que o cultivo representava. A roça protegia a vida comunal, já que garantia a solidariedade entre seus membros nos períodos da colheita, fortalecendo a identidade coletiva do grupo. Suzuki, Freitas e Sousa (2010) relembram-nos que a rotina de trabalho obedecia às regras do tempo e do espaço. As famílias realizavam o trabalho quase que compulsório na roça, tomando boa parte do tempo e complementando com a extração das ostras no mangue.

Em virtude da situação de preconceito em que viviam e dos irrisórios preços pagos pelos produtos que comercializavam (sobretudo a ostra coletada no mangue), a comunidade passou por inúmeras dificuldades nas últimas quatro décadas.

Cabe ressaltar que a roça era elemento fundamental para a manutenção biológica dos moradores do Mandira, pois fornecia grande parte dos alimentos consumidos. Contudo, com as restrições impostas pela legislação ambiental nas áreas em que existem resíduos de Mata Atlântica, o plantio de subsistência passou a ser considerado ilegal, mesmo sem levar em consideração a alimentação dos moradores do bairro.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de pesquisas dedicadas a essa população tradicional, que valorizassem a cultura quilombola e as suas práticas sociais, culturais e econômicas. A partir do projeto do grupo *Geografia da Oralidade – Uma recuperação da história oral de populações tradicionais no Estado de São Paulo*, trabalhos de campo foram realizados para o recolhimento de depoimentos dos membros do quilombo, composições fotográficas e levantamentos bibliográficos para o desenvolvimento do nosso tema.

No quilombo, a produção de instrumentos de trabalho e de culinária é um exemplo da relação que os moradores estabeleciam com a natureza. Com as restrições, a comunidade do Mandira sofreu forte impacto no que concerne à reprodução do seu modo de vida, fundado na roça, mas também na pesca, na criação de pequenos animais e na coleta.

Na sequência, segue entrevista concedida pelo patriarca da oitava geração do quilombo do Mandira, desde o seu primeiro membro, Francisco de Sales Coutinho, conhecido também como Seu Chico Mandira, líder da comunidade, contando a história da comunidade:



[...] na verdade o governo pegou a metade do território do Mandira e o governo pegando a terra dos caiçaras e dos quilombolas, não se contentando com isso né, criaram a polícia ambiental e criando a polícia ambiental, naquela época polícia ambiental, hoje mudaram só o título... Jogaram em cima das comunidades tradicionais e tudo foi proibido, foi proibido a caçeta, foi proibido o palmito juçara, foi proibido fazer a roça de subsistência, foi proibido a caça, é ficou uma situação muito complicada né? Se o pessoal ia no mato tirar um palmito e se ele fosse pego o coitado não tinha nem o que comer imagina pra pagar a multa, muitas vezes podia ir preso e então...Então...Ficou uma situação bastante complicada [sic] [...] (Entrevista coletiva realizada com Seu Chico Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

Basicamente, as comunidades tradicionais acompanham os ciclos sazonais e possuem técnicas adaptadas à conservação da natureza, como ocorria no Mandira. Roçava-se a terra, colhia-se dela e colocava-a em pousio, ato de colocar a área de cultivo em descanso para tornar o solo mais fértil. Segundo Diegues (2001, p. 87), há uma “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um modo de vida”.

Comparada à exploração realizada pela sociedade urbano-industrial, os habitantes do bairro rural do Mandira realizavam suas atividades de roça com um potencial de degradação de baixo impacto ambiental.

Indo além, ressaltamos que toda a mata atual conhecida como “virgem”, muitas vezes, é apenas uma mata secundária, mais rica e mais diversa que a anterior. A passagem de grupos indígenas em épocas pré-colombianas introduziu pequenas culturas itinerantes. Tão logo colhiam, abandonavam-nas para deslocarem-se para outro lugar, deixando no local sementes de outras regiões, adubo e uma terra que não demorava a recuperar suas propriedades.

A regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, consequência das atividades do homem primitivo. O uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola (*shifting agriculture*) são semelhantes à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais. (DIEGUES, 2000, p. 13).

No Mandira, a colheita era apenas a necessária para seu consumo e o de sua família. Dessa forma, os métodos conhecidos como “rústicos” e “extensivos” eram feitos em pequenos campos, cultivados conforme o ciclo natural, valendo-se ainda da rotação de culturas para que a terra não esgotasse seus nutrientes.



Com a justificativa de que essas áreas de preservação devem permanecer intocadas, em 1968 o Mandira foi proibido de cultivar hortas de subsistência familiar para alimentação dos seus moradores. A restrição levou muitos de seus membros a deixarem o bairro, procurando as cidades encantados com o as promessas de riqueza do centro urbano-industrial. O então bairro rural passou a sofrer um processo de evasão, devido às restrições governamentais, dada a proibição de reproduzir sua cultura e sua tradição.

A proibição das práticas tradicionais de cultivo da terra, da pesca, da caça e do uso de recursos da floresta, impediu a contínua reprodução das relações tradicionais de sociabilidade, como os mutirões de trabalho coletivo, as festas com fandango no final dos mutirões, as trocas de presentes entre os vizinhos, as festas em comemoração aos dias santos, carnaval, casamentos, aniversários entre outros. (RANGEL, 2009, p. 11).

A única maneira que os mandiranos que optaram por permanecer possuíam para a sua sobrevivência era realizar de forma predatória a exploração das ostras do manguezal, prática clandestina proibida dentro do Parque do Jacupiranga. Mesmo diante do perigo de serem abordados pela polícia ambiental, os coletores faziam caminhos pela mata para não serem pegos.

A implantação de áreas protegidas na África, Ásia e América Latina, a partir das primeiras décadas do séc. XX, começou a gerar fortes conflitos sociais e culturais junto às populações locais, os quais se agravaram a partir da década de 1970, quando essas comunidades locais/tradicionais começaram a se organizar, e, em muitos casos, passaram a resistir à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais como quer o modelo preservacionista. (DIEGUES et al., 2000, p. 6).

[...] Meus filhos eram pequenos, quando não tavam na escola tavam trabalhando comigo no mangue. E aí quando a polícia chegava e nós chegava com a canoa cheia de ostra, nós tinha que virar a canoa no rio e pegar a criançada e jogar no meio do mato, daí nós atravessava a estrada, muitas vezes atravessava a estrada e saia aqui pelo morro, saia aqui em casa pra não ser pego né? Porque a gente não tinha como pagar uma multa. Então era um trabalho bastante triste, porque era o que nós tinha pra fazer, não tinha outro meio de vida [sic] [...] (Entrevista coletiva realizada com Seu Chico Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

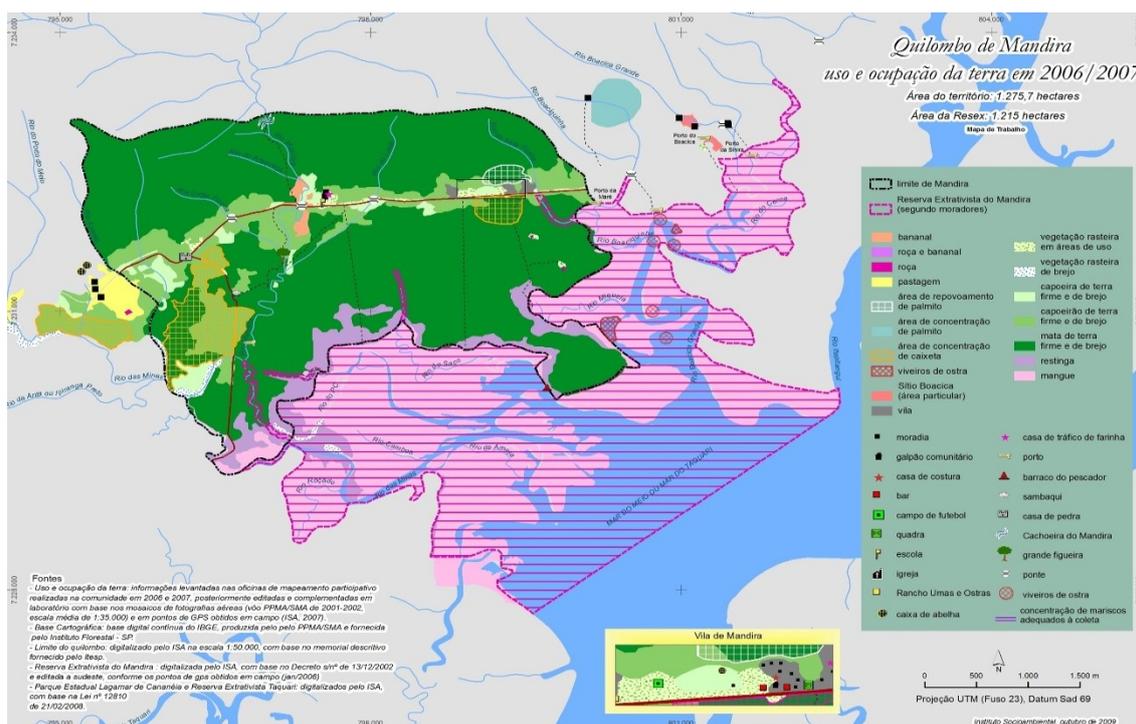
3. O auto-reconhecimento da comunidade e o desenvolvimento sustentável da engorda de ostras no mangue



Em 1993, o professor Antônio Carlos Diegues, professor da Universidade de São Paulo na área de Ciências Sociais, natural de Iguape, interessou-se pelo bairro rural do Mandira e participou do desenvolvimento, em conjunto com a comunidade e com o suporte da Fundação Florestal, de um projeto de engorda das ostras do mangue.

Em conjunto com Diegues, os membros do bairro passaram a utilizar métodos menos agressivos para realizar o manejo das ostras, tornando essa prática a única possibilidade de subsistência. Houve, então, uma diferenciação da exploração que se fazia. Passou-se da coleta para a engorda da ostra. Houve impacto positivo no aumento de ostras no manguezal e foi possível ampliar os circuitos de comercialização anteriormente utilizados. Em 2002, graças ao projeto que uniu novamente a comunidade e reafirmou sua identidade, o Mandira passou a ser então uma reserva extrativista (RESEX) quilombola¹.

Figura 2 - Uso da terra na área do quilombo do Mandira



Fonte: ISA, Instituto Socioambiental (2011).

¹ Segundo Diegues (2000, p. 57), quilombolas são descendentes de escravos negros, sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes, antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Apesar de existirem desde a escravatura, no fim do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, na maioria das vezes, não possuem escritura, mas tiveram garantidos seus direitos com a Constituição de 1988. Vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões em que estão situados.

O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 passa a reconhecer como propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando as terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Atos das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). Conforme as disposições transitórias, dada a determinação dos membros em se identificarem como quilombolas, os mandiranos garantiram as áreas que já ocupavam como parte da associação da reserva extrativista dos moradores do bairro do Mandira para continuidade da engorda das ostras (fig. 2).

Posteriormente, os mandiranos, para evitar a exploração ilegal e a venda por preços muito abaixo do mercado, criaram, em 1998, a COOPEROSTRA (Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia), organização voltada para a engorda das ostras (fig. 3).

Figura 3 - Tanque de depuração com as ostras na sede da COOPEROSTRA



Fonte: Lima (2012).



Cabe destacar que tão impactante foi o desenvolvimento do quilombo do Mandira, da rentabilidade e da sustentabilidade da COOPEROSTRA que no ano de 2002 os quilombolas receberam o prêmio “Iniciativa Equatorial 2002” da Rio+10 e Chico Mandira, líder da comunidade, foi convidado a participar da cúpula em Johannesburgo na África do Sul.

[...] em 2002 nós ganhamos esse prêmio importante pela Rio+10 que, assim...O prêmio foi super importante, foi um prêmio em dinheiro mais pela valorização do trabalho que muitas vezes nós que moramos aqui não damos muito valor pra isso, nós achamos que o nosso trabalho, que aqui no meio do mato não tem valor nenhum, nem pro Brasil e muito menos pro mundo e eu tive assim o prazer de...O privilégio, não... O prazer, mas o privilégio de ser o primeiro mandirano a sair da comunidade, pra fora do Brasil. Eu fui na África do Sul receber esse prêmio, como eu falei não pelo prêmio que foi muito bom, mas pela valorização do trabalho que muitas vezes nós não conhecemos e também trazer pra comunidade depois que nós começamos a nos organizar, criar uma associação em 95, aí de 95 pra cá as coisas melhoraram bastante pra comunidade [sic] [...] (Entrevista coletiva realizada com Seu Chico Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

4. Dilemas tradicionais

O novo tipo de trabalho implantado na RESEX auxiliou os mandiranos a prosperar e a se unir como associação e como cooperados. Entretanto, inseriu uma lógica individual entre os quilombolas enfraquecendo seu cerne coletivo. Um exemplo desse enfraquecimento do coletivo torna-se evidente quando se identifica famílias no quilombo que trabalham de forma individual com atravessadores² e não como cooperados da COOPEROSTRA, devido à baixa demanda e à forte competitividade com outros centros que realizam as mesmas atividades.

Hoje a principal dificuldade não só dos cooperados acho que de todos aqui mercado. Que entra em meio que... A Cooperativa tem uma quantidade X de cooperados que querem mandar ostra, mas aí não tem esse mercado que se precisa pra se colocar toda essa ostra, gira aquela... Acaba levando as pessoas a acabar trabalhando com o atravessador que a idéia do projeto acabar com o atravessador só que o contrário... Se divulgou muito a ostra de Cananéia e acabou gerando mais atravessador, porque acabou sendo divulgado, nós fizemos vários trabalhos na televisão, vários jornal, várias coisas pra

² Indivíduos que compram as ostras a preços que eles mesmos estipulam para pagar, no caso de Cananéia, os atravessadores são da Baixada Santista que compram dos ribeirinhos a menos de um R\$1,00 a dúzia e vendem à R\$10,00 no Guarujá. Uma dúzia de ostras, na média, dá em torno de 700 gramas, com a concha. Sem a concha, aproximadamente 200 gramas.



divulgar... Acabou divulgando a ostra de Cananéia, então com isso... (Professor Suzuki: Não da COOPEROSTRA) Não da COOPEROSTRA [sic] (...) (Entrevista coletiva realizada com Seu Mario da COOPEROSTRA em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

Com a implementação da COOPEROSTRA, sendo o único meio sustentável para o quilombo se desenvolver, as relações de compadrio foram abaladas. A nova lógica de trabalho individual e repartido entrava em conflito com o pequeno mercado disponível da engorda e venda das ostras do mangue.

Com a criação da cooperativa, o modo de vida pôde se manter parcialmente, com algumas de suas festas e ritos religiosos, porém, agora, arcado pela mediação do mercado.

Na lógica do capital, a relação de compadrio se deteriorou quando se colocou a individualidade dos trabalhos dos coletores de ostra no mangue. Atualmente, existe uma pressão para que os trabalhos na COOPEROSTRA evoluam, que a qualidade do produto e a vida do produtor melhorem, como é requisitado pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal).

Todavia, com essas novas relações sociais, agora, “capitalizadas”, pobres em costume tradicional, surgiram conflitos no interior da comunidade. Alguns membros contestam a liderança de Seu Chico Mandira enquanto outros preferem continuar trabalhando de forma individual, diferentemente do que ocorria quando os mandiranos faziam a roça.

[...] o que influenciou muito essa mudança da roça, do extrativismo de alguns vegetais para a questão da ostra foi a questão do costume do povo no caso, porque quando o pessoal vivia da roça eles utilizavam muito daqueles atos de mutirões, então trabalhavam meio que em grupo né? Sempre em grupo, hoje é roça pra um, depois esse grupo, fazia um mutirão pra plantar, de derrubar tal... À partir do momento em que saiu pra trabalhar na ostra ficou um trabalho meio que entre a família, meio que individual, você vai lá, vai produzir...Ganha de acordo com o que você produz...E a questão também dos rituais...Os fandango...Cada mutirão que tinha era um fandango à noite, que virava a noite [sic] [...] (Entrevista coletiva realizada com Nei Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

No que concerne à roça, praticamente nada se manteve do modo de vida que se realizava na década de 1970. Proibida, pouco é prática, tendo em vista que forçosamente tornou-se obrigatório solicitar autorização para o cultivo de qualquer cultura.

Por mais que a prática de roça tenha sido proibida dentro da área que abrange a RESEX, os mandiranos continuam a cultivar a terra, mesmo com a constante apreensão de serem pegos pelo patrulhamento na área de preservação ambiental. Plantam grãos básicos como feijão, milho e trigo para complementar a sua alimentação, valendo-se da terra para não ter gastos em mercearias ou mercados.

Figura 4 - Caminho para a roça escondida, na foto mata secundária à beira do rio Mandira, uma das trilhas dos roceiros



Fonte: Lima (2012).

Na figura 4, às margens do rio Mandira, um dos locais onde ainda se faz o cultivo de algumas culturas, estão algumas das pequenas plantações. O cultivo não se limita somente a essa localidade, uma vez que dentro da área da APA há outras escondidas pela mata.

[...] eu faço roça, eu planto, eu faço roça, planto milho, planto feijão, faço farinha, então tem essa ligação com a terra, produzir existe ainda, é coisa pequena claro, mas existe uma coisa... Até porque como eu falei pra vocês, nós perdemos todo nosso território né? Nós acabamos perdendo... Então, todo o pessoal acabou saindo fora da comunidade e algumas que ficou



pendeu pro lado da ostra né? E deixou um pouco da agricultura fora do seu convívio, e aí agora a gente tá tentando resgatar isso né? Porque o dono da terra foi notificado que a terra aqui é um quilombo, nós somos reconhecidos como quilombolas e daí a gente tá devagarzinho fazendo roça, entrando tímido né? A gente tá fazendo, e eu todo ano estou fazendo, eu faço pra que? Pra...Ajudar no orçamento da família [sic] [...] (Entrevista coletiva realizada com Seu Chico Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

Essa tentativa de resgatar a roça pode também ser vista não somente pelo viés econômico, como foi justificada por Chico Mandira para explicar o retorno dessa prática. Uma retomada da roça está intimamente ligada com o apego pela terra do qual as gerações anteriores viveram, entretanto apenas seria possível roçar quando os quilombolas conseguissem a titulação da terra. Esse retorno da roça teria um valor mais cultural do que somente econômico e é pouco danoso para a terra, conhecendo as técnicas tradicionais que se adaptam às culturas de cultivo.

Essa tradição de roça, intrinsecamente, pode ser uma tentativa de se recuperar os tempos do trabalho em conjunto e o prazer que esse desencadeava na comunidade. Uma tentativa de retorno ao que anteriormente era rotineiro e prazeroso, uma reminiscência poderosa onde cada um tinha sua obrigação, mas todos tinham o mesmo objetivo que era garantir a subsistência dos demais.

5. O redescobrimto da identidade quilombola

O quilombo do Mandira progrediu não apenas economicamente pela iniciativa da COOPEROSTRA, mas culturalmente após a aceitação de sua própria ancestralidade. Os mandiranos vítimas do preconceito, dada a sua origem humilde e a cor negra de suas peles não tinham se dado conta da riqueza cultural que possuíam dentro de suas terras. O maior expoente é o sítio arqueológico localizado próximo ao quilombo conhecido como a Casa de Pedra (fig. 5 e 6), ruínas do século XVIII de um antigo moinho de arroz construído por escravos.

[...] Como que surgiu o Mandira, porque nós estamos aqui nos dias de hoje, então na verdade essa ruína representa uma coisa visível né? Palpável, se vê que aqui existia trabalho escravo, que na verdade vem para acroar toda a história que a gente conta né? Então assim, aqui funcionava na época da escravidão, lá atrás onde tinha o dono da fazenda, o Antônio Florêncio de Andrade, aqui era o engenho, então a comunidade do Mandira, antes não era comunidade era fazenda a parte de produção mais fértil era ali do Rio



Mandira, onde nos paramos ali na ponte, pra cá das margens do rio Mandira, onde se produzia e se plantava muito arroz, no Vale (Vale do Ribeira), assim, em si, era um grande produtor de arroz, aqui nesse espaço hoje, a ruína, era uma casa construída de pedra [...] e para fazer a argamassa eles utilizavam óleo de baleia ali da Ilha do Cardoso, onde eles capturavam baleia para tirar o óleo [...] as janelas eram bem largas, porque como não tinha luz tinham que aproveitar o máximo da luz do sol [...] o telhado eram aquelas telhas de barro feitas nas coxas como eles falavam, o telhado foi sendo retirado para ser usado em outras casas e essa estrutura foi se acabando com o tempo [sic] [...]. (Entrevista coletiva realizada com Nei Mandira, dentro das ruínas da Casa de Pedra em 30/06/201, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).

Figura 5 - Ruínas da Casa de Pedra



Fonte: Lima (2012).

As ruínas desse sítio arqueológico evidenciam um retorno às raízes que anteriormente foram escondidas devido à vergonha e à dificuldade e aceitação de ser negro e descendente de seres-humanos escravizados. Nos dizeres do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses: “Toda ação humana é uma ação com carga de memória e se não houvesse memória, a cultura não seria possível”. (MENESES, 1980, p. 11).



Figura 6 - Interior das ruínas da Casa de Pedra



Fonte: Lima (2012).

O valor simbólico desse sítio reforça a origem comum de todos os mandiranos que convivem no quilombo e a aceitação do passado passa da vergonha para o orgulho. Em *Archaeology in Practice, a Student Guide to Archaeological Analyses* (2006), o arqueólogo Larry Zimmermam relata a importância de sítios arqueológicos para a memória dos membros de uma população:



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

My first experience with stakeholders as workers came as an undergraduate in the Valley of Mexico. The professor in charge of the project paid local campesino men (i.e., mostly “peasant” farmers) to work as the primary laborers on our excavations. Many had worked on archaeological excavations near Teotihuacan for 20 years or more and were vastly more experienced field technicians than I was. I rarely considered the fact that they were working on their own heritage and the impact that might have on them, but that changed when we took two of our workers to Mexico City. These men had never gone to Mexico City and apparently knew little detail about their own past. We spent part of the day in the Museum of Anthropology. After a few hours, a friend and I happened to find one worker, Alejandro, standing in front of the massive Aztec calendar stone, tears rolling down his cheeks. When we asked him if there was something wrong, this dear man responded: “I never realized how great my people once were. From that, I learned the emotional power of the past upon individuals”. (BALME; PATERSON, 2006, p. 42).

Sendo atualmente um ponto turístico ainda pouco conhecido do Vale do Ribeira, a Casa de Pedra legitima o reconhecimento dos mandiranos em relação ao seu passado durante a vigência da escravidão.

Figura 7 - Telha de barro do século XVIII da Casa de Pedra feita por escravos. As marcas dos dedos ainda estão visíveis



Fonte: Lima (2012).



Na figura 7, em uma peça cerâmica encontrada no sítio, é possível perceber as marcas dos dedos para a concepção da telha de barro. A telha é uma evidência do valor cultural do passado escravo para a memória histórica dos moradores do quilombo. Nos termos de Meneses (1980, p. 12), “nessa perspectiva, os objetos considerados documentos por excelência, os objetos ‘antigos’, ‘históricos’, são dotados de uma significação especial, que faz com que eles representem o invisível. É por isso que eles são, prioritariamente, expostos ao olhar [...]”.

Os mandiranos não só passaram a aceitar a história da escravidão de seus antepassados e suas marcas como também, auxiliados por pesquisadores da Universidade de São Paulo, passaram a valorizar locais como este para seu autoconhecimento. Por meio do turismo cultural, perceberam que toda a comunidade se beneficiaria e principiaram em colaborar nos trabalhos de levantamento sobre a ruína para datar e procurar por mais vestígios através de escavação e estudos da estrutura.

A riqueza arqueológica do Mandira também é notável pelo achado de um sambaqui na região (fig. 8), próximo às ruínas da Casa de Pedra. Sambaquis são montículos de calcário formados de cascas de moluscos que foram erguidos pela ação dos povos sambaquieiros. Os sambaquis formam um dos registros arqueológicos comuns no litoral do Brasil. A existência de um grande sambaqui dentro da RESEX evidencia também o potencial arqueológico do quilombo do Mandira.

Hoje graças a Deus tamo trabalhando com turismo de base comunitária, né? Que é receber escola, receber outro tipo de turista aqui na comunidade, porque nois também temos outro atrativo, temos a história, temos a culinária, temo a cachoeira, temo a ruína, temo o sambaqui que é um sítio arqueológico, tem muita visitação no vivero, né? [sic] [...] (Entrevista coletiva com Seu Chico Mandira, no quilombo do Mandira em 30/06/2012, concedida ao Grupo *Geografia da Oralidade*).



Figura 8 - Conchas no interior das matas próximas a um monte formado de sambaquis



Fonte: Lima (2012).

6. Considerações Finais

Em nossa reflexão final, percebemos que a manutenção da roça como modo de vida no quilombo do Mandira é uma tentativa de recuperação dos valores tradicionais desta população afetada pela lógica capitalista que prioriza o individual em detrimento do coletivo. Observamos que a tentativa de salvaguardar o modo de vida dos quilombolas não se dá apenas na roça, mas também se encontra na recuperação da história do sítio arqueológico da Casa de Pedra. Esse está, intrinsecamente, ligado ao quilombo do Mandira e seus moradores. Além disso, a existência do quilombo colabora pra a maior visibilidade do sambaqui descoberto próximo da comunidade.

Percebemos que as comunidades tradicionais vivem a clivagem da modernidade, já que não sobrevivem somente dos seus costumes antigos, muitas vezes, sofrem retaliações ao adaptarem seus modos de vida ao contexto dos centros urbanos. Entender o Mandira apenas como um quilombo que não dialoga com a sociedade urbano-industrial é um pensamento anacrônico.



Assim, o pouco que se manteve da roça como modo de vida no quilombo do Mandira se verifica como uma tentativa de recuperação dos valores tradicionais dessa população afetada pela lógica da sociedade urbano-industrial, bem como das imposições ambientais extremamente restritivas.

Acreditamos que o Mandira deve ser percebido não como uma população tradicional apartada, mas sim como um conjunto de pessoas que mantêm outro tipo de complexidade social, diferente da urbana. Dessa forma, o resgate da tradição da roça é uma maneira de preservar a singularidade cultural do quilombo, resguardando as diferenças dessa população tradicional frente ao avanço da sociedade dos grandes centros urbanos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. A. **Quilombolas de Mandira conquistam direito real de uso sobre a Resex**. Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3299>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

BALME, J; PATERSON. A, **Archaeology in Practice. A Student Guide for Archaeological Analyses**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

DIEGUES, A. C. S. et al (org.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: São Paulo, USP, (Biodiversidade, 4), 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2001.

FREITAS, M. V. G.; SOUZA, D. M.; SUZUKI, J. C. **Memória da Roça Caiçara**: Um estudo de caso das populações caiçaras de Pedrinhas (Ilha Comprida – SP) e São Paulo Bagre (Cananéia – SP). Presidente Prudente: ENGRUP, 2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br>>. Acesso em: 05 maio 2012.

LIMA, M. J.; SOUSA, D. M.; SUZUKI, J. C. **Quilombo de Poça**: Do Reconhecimento à concretização do território. Santa Maria: ENGRUP, Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/index.php/>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

MENESE, U. T. B. **O objeto material como documento**. Aula ministrada no curso de “Patrimônio Cultural: política e perspectivas”, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980.

RANGEL, K, S. **Política ambiental e cultural tradicional**: Comunidade do Mandira, Cananéia/SP. Montevideu: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

Recebido em: 16/02/16. Aprovado em: 03/08/16.



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593